



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA

CURSO DE BACHARELADO EM HUMANIDADES

VITÓRIA LAWANDA ESTEVES SILVA

O PROCESSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO (CE):
DO PONTO DE VISTA DOS FAMILIARES, DA ESCOLA E DOS PRÓPRIOS
APOIADORES DE SALA DE AULA.

ACARAPE-CE

2020

VITÓRIA LAWANDA ESTEVES SILVA

O PROCESSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO (CE):
DO PONTO DE VISTA DOS FAMILIARES, DA ESCOLA E DOS PRÓPRIOS
APOIADORES/AS DE SALA DE AULA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como requisito parcial à obtenção da certificação de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Geranilde Costa e Silva.

ACARAPE-CE

2020

VITÓRIA LAWANDA ESTEVES SILVA

O PROCESSO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO (CE):
DO PONTO DE VISTA DOS FAMILIARES, DA ESCOLA E DOS PRÓPRIOS
APOIADORES/AS DE SALA DE AULA.

____/____/2020

Aprovado

em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Geranilde Costa e Silva (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Luis Carlos Ferreira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof^a. Especialista Marcela Dayse Castro Lima

Secretaria Municipal de Educação de Redenção

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente à Deus, autor de meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia e por ser essencial em minha vida.

Aos meus avós maternos Gilsia Esteves e Nilton Anjos, responsáveis pela minha criação, e por toda dedicação e persistência para que eu chegasse até minha formação, sem eles muito dos meus sonhos não se realizariam.

À minha mãe Edya Esteves e meus irmãos e irmãs, que mesmo de longe, compartilhavam de todo esse processo acadêmico comigo, me dando sempre motivação, carinho e apoio para continuar.

Ao meu tio Wilson Esteves, que foi o responsável pela minha matrícula e inserção na universidade e que acreditou em mim e no meu potencial, quando nem eu mesma acreditava.

Ao curso de Bacharelado em Humanidades da UNILAB, e às pessoas com quem convivi nesse espaço ao longo desses anos. A experiência de uma produção compartilhada na comunhão com amigos nesse espaço foram a melhor experiência da minha formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Prof. Dra. Geranilde Costa e Silva, pelos textos e fornecimento de material, orientação e seu grande desprendimento em me ajudar para a realização deste trabalho.

Aos meus colegas, também apoiadores de sala de aula, e as famílias entrevistadas, por toda disponibilização para que eu pudesse relatar anonimamente um pouco de suas experiências vividas neste trabalho, e à Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Cel. Vicente Ferreira do Vale, pela experiência construtiva que me proporcionaram e que foram essenciais para minha formação.

Aos meus amigos Gustavo Araújo e Luiza Carlos, por todo o companheirismo, paciência e ajuda nos meus processos e trabalhos acadêmicos.

A minha irmã de alma Hillary Xavier, que mesmo distante, sempre dividiu comigo e tornou mais leve as angústias e acontecimentos vividos neste processo acadêmico, de vida, e que sempre apoiou e incentivou meus sonhos e planos.

As minhas alunas Irismar Cerqueira e Ana Luiza Souza, por me proporcionarem a experiência de vida e de estágio mais bonita, delicada e construtiva que já tive, e por todo amor e carinho.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que fizeram parte desta etapa decisiva em minha vida.

RESUMO

Educação é um direito de todos. A inclusão para crianças portadoras de necessidades especiais está assim amparado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, nº 9.393/1.996 bem como a Declaração de Salamanca (1994). Frente a essas questões é que esse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) por objetivo Identificar os impactos gerados pelo processo implantação de educação inclusiva no município de Redenção (CE): do ponto de vista dos familiares, da escola e dos/as apoiadores/as de sala de aula. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratória, em que também trabalhará com dados qualitativos colhidos em campo. Assim, se dará por observações de campo, entrevistas e anotações, dentre outras técnicas.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Redenção.

ABSTRACT

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 JUSTIFICATIVA.....	11
3 REVISÃO TEÓRICA	16
4 METODOLOGIA.....	22
5 OBJETIVOS	24
6 CONCLUSÕES PARCIAIS	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	26

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, nº 9.393/1.996, a educação especial e inclusiva é uma modalidade de educação escolar que trata de fornecer e tornar o ensino mais acessível para educandos/as com transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades, superdotação e com necessidades especiais. Trata-se de um campo da educação voltada para alunos/as que, de acordo com suas necessidades, nem sempre tem a mesma possibilidade de aprender e acompanhar os conteúdos curriculares, em igual condição aos/as outros/as alunos/as da turma.

Nessa modalidade de ensino os/as alunos têm direito a um apoio especializado em sala de aula. Medida importante que visa transformar a aprendizagem e tornar a permanência desses/as estudantes na escola mais fácil e acessível, já que muitas vezes são invisibilizados/as dentro deste ambiente, não só em sala de aula (pelo professor), mas por todo o núcleo gestor.

Detectou-se no quadro educacional da cidade de Redenção (CE) um significativo número de alunos/as com deficiência. Visto isso a Secretária Municipal de Educação (SME) desenvolveu um edital buscando possíveis agentes (apoiadores) que possibilitassem a inclusão desses estudantes no espaço educacional.

Frente às questões anteriores este presente projeto de pesquisa busca analisar o processo de implementação do Edital nº 001/2019 na cidade de Redenção tendo como lócus de pesquisa a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Cel. Vicente Ferreira do Vale, essa que possui um quadro de análise com estudantes que possuem laudo clínico, mas que são comumente nomeadas como laudadas em função de possuírem necessidades educacionais especiais. O laudo clínico é um documento que permite um registro multidisciplinar acerca do sujeito, que do ponto de vista legal, trata-se de

um registro emitido por especialista ou uma equipe multidisciplinar (formada por médicos, fonoaudiólogos, psiquiatras, psicólogos e psicopedagogos) que descreve o método de diagnóstico, as alterações observadas no paciente

e a conclusão – geralmente, algum transtorno ou deficiência da pessoa examinada. (Revista do Gestor Escolar¹, 2018).

A expressão Necessidades Educacionais Especiais (NEEs) foi oficializada, em 2001, pelas Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, de modo que caracteriza os/as estudantes que apresentam

(1) dificuldades acentuadas de aprendizagens ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: (a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; (b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; (2) dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis; (3) altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes (Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2001, p. 17).

Importante ainda ressaltar que a expressão “deficiente” tem comumente sido usada como sinônimo ou indicação de corpos não eficientes, por suas limitações físicas ou psíquicas, frente a um padrão do que é considerado eficaz, uma vez que se procurarmos o significado do termo “deficiente” nas redes de navegação, encontramos significados pejorativos como defeituoso, medíocre, imperfeito, falho, mal feito, insatisfatório ou fraco.

Frente às questões aqui citadas é que esse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem por objetivo geral Identificar os impactos gerados pelo Processo implantação de educação inclusiva no município de Redenção (CE): do ponto de vista dos familiares, da escola e dos/as apoiadores/as de sala de aula.

¹ Disponível em: <https://direcionalescolas.com.br/inclusao-escolar-sem-laudo-e-direito-da-crianca/>

2 JUSTIFICATIVA

A linha de pensamento proposta é seguida por rastros de impressões de campo bem como consequências e indagações vividas no decorrer da minha formação e como estagiária junto ao edital Edital nº 001/2019 principiado em Redenção, uma vez que autuei enquanto apoiadora inclusiva ou especializada, em sala de aula.

Quando criança estudei em uma escola bilíngue e inclusiva, na cidade de Canindé (CE), onde havia a presença de alunos/as surdos/as, e como estratégia de inclusão e engajamento desses/as estudantes no espaço educacional, o núcleo gestor, não se limitou a contratar somente um intérprete direcionado para esses/as educandos/as mas criou uma disciplina que passou a ser ministrada por um professor licenciado em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para ensinar todos os/as escolares e facilitar a comunicação entre eles/elas.

A escola atendia muito bem a todas as carências dos/as estudantes com carências específicas. Espaço físico que era adaptado para escolares com necessidades físicas, com apoiadores de sala de aula e cuidadores/as. Estudei lá até os 10 (dez) anos de idade, mas logo após mudei para a cidade de Baturité (CE), onde regredi no aprendizado da Língua Brasileira de Sinais, pois não era dada a devida dimensão para essa modalidade de educação, assim, crianças com essas carências não eram suficientemente acolhidas. Desse modo, podemos compreender que a educação inclusiva como um todo, não só para surdos, não era algo relevante em Baturité.

A educação inclusiva na cidade de Baturité atualmente, ainda se encontra em estágio inicial, principalmente em escolas particulares, visto que algumas ainda não aceitam crianças que necessitam de atendimento especializado. Isso não é somente um ponto de vista, é uma vivência. Acompanhei de perto um menino de (8) oito anos, portador de Autista, que passou por um longo processo para iniciar os estudos, pois durante esse período, a mãe da criança me pediu ajuda para tentar introduzir os conteúdos de ensino infantil, em casa, na rotina da criança até que conseguisse matriculá-lo em uma escola. Segundo a Revista Autismo o Autismo é definido como:

O autismo – nome técnico oficial: Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) – é uma condição de saúde caracterizada por déficit na comunicação social (socialização e comunicação verbal e não verbal) e comportamento (interesse restrito e movimentos repetitivos). Não há só um, mas muitos subtipos do transtorno. Tão abrangente que se usa o termo “espectro”, pelos vários níveis de comprometimento — há desde pessoas com outras doenças e condições associadas (comorbidades), como deficiência intelectual e epilepsia, até pessoas independentes, com vida comum, algumas nem sabem que são autistas, pois jamais tiveram diagnóstico. (Revista² Autismo, 2020).

Essa mãe foi em várias escolas particulares do município e não aceitavam o filho, até que decidiu tentar uma matrícula na rede pública de ensino, que apesar da escassez educacional, por exigência do governo e da justiça, o aceitaram como aluno.

Em 2017 ingressei na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB no curso de Bacharelado em Humanidades, onde tive minha primeira experiência de estágio na área da educação inclusiva, após ter sido selecionada através de um edital lançado pela Secretaria Municipal de Educação de Redenção, com o objetivo de construir aos poucos uma experiência de educação inclusiva de qualidade na cidade.

A experiência foi bastante enriquecedora, porém, ao começar essa jornada de quase (2) dois anos tive vários impactos diante do cenário, pois passei a perceber como crianças com deficiências educacionais são invisibilizadas dentro de um contexto educacional. A primeira questão foi o fato de que as duas meninas que fui designada a apoiar tinham entre 14 e 15 anos, ambas no 8º ano, uma com síndrome de Down³ e a outra com Paralisia Cerebral, sendo que elas não tinham o conhecimento básico do ensino infantil, como, por exemplo, o nome das cores, nem mesmo sabiam pintar e reconhecer vogais ou números. Avalio que tal situação é consequência da falta de orientação e acompanhamento em sala de aula desde o início dos estudos até a série em que seguiam.

A segunda questão foi o entendimento e perspectiva do núcleo gestor escolar para comigo e com as alunas e sobre o papel que eu deveria exercer.

² Fonte: <https://www.revistaautismo.com.br/o-que-e-autismo/>

³ Doença genética do cromossomo 21 que causa atrasos de desenvolvimento e intelectuais.

Descobri que iria muito além de só ajudá-las em sala de aula, ou tornar possível e mais fácil os seus estudos.

Dentro desse contexto de atuação como educacional eu teria que ser “responsável” por aquelas crianças, isso incluía trocar fraldas, dar banho, comida nos recreios, me reunir com os familiares para resolver quaisquer problemas com elas, além de elaborar atividades de sala de aula, mesmo sem formação alguma, pois os/as professores/as não levavam, nem adaptavam as atividades que abordavam em sala, para facilitar o engajamento das meninas com os/as outros/as alunos/as da classe, caso contrário elas ficariam em sala sem ocupação e aprendizado algum.

Essas crianças não participavam das atividades em sala de aula, nem das aulas de educação física, pois não eram adaptadas para as suas devidas limitações e não podiam sentar na cadeira da classe que escolhessem. Assim que chegavam eram automaticamente direcionadas para cadeiras no final e/ou no canto da sala, com qualquer papel em branco e um lápis para rabiscar enquanto a aula acontecia, além de que entravam em aula às 13 horas e saíam às 15 horas da tarde, ou seja, não cumpriam o tempo de aula previsto. Isso porque os/as professores/as não conseguiam conciliar o ensino padrão para os/as outros/as estudantes com os delas. Dessa forma, a escola deixava de promover Adaptações Curriculares, como previsto⁴ pela Secretaria de Educação Especial por meio do Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais (2000), isso porque

Adaptações Curriculares, portanto, são respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e, dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais: o acesso ao Currículo; a participação integral, efetiva e bem-sucedida em uma programação escolar tão comum quanto possível; a consideração e o atendimento de suas peculiaridades e necessidades especiais, no processo de elaboração:

1. do Plano Municipal de Educação;
2. do Projeto Pedagógico da Unidade Escolar;

⁴ Fonte: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha05.pdf>

3. do Plano de Ensino do Professor. (MEC, 2000, pág. 8,9).

Outro empecilho foi o ponto de vista e posicionamento familiar. Isso porque as famílias na maioria das vezes mandavam as crianças doentes para a escola, ou às vezes nos dois períodos, durante a manhã e a tarde, quando eram informados/as que eu estava lá, com motivos de que não tinha com quem deixar as crianças em casa para exercer seus afazeres pessoais. Dessa forma, avalio que os familiares não estavam tendo entendimento do meu papel na vida escolar daquelas estudantes. Já passei por situações nas quais tive acionar o Conselho Tutelar e núcleo gestor da escola, isso porque essas estudantes chegavam muito machucadas na escola e manifestando queixas de maus tratos.

Quando comecei a estagiar, esperei algumas semanas para relatar tais problemas para a coordenadora do nosso grupo de apoiadores inclusivos. De modo que algumas situações foram alteradas, como, por exemplo, o horário de permanência das estudantes na escola, que passaram a sair somente às 17h. Mas ainda tinha dificuldade para inserir as escolares nas atividades e dinâmicas escolares. Todavia, tive ajuda para desenvolver algumas estratégias para ensiná-las a comer sozinhas, mas supervisionadas. Outro sucesso é que elas conseguiram aprender a pintar e reconhecer algumas vogais e números. E ainda conseguimos que elas passassem a assistir as aulas em locais geograficamente próximos às professoras, para que fossem mais visibilizadas, mas infelizmente, questão das adaptações curriculares, não foi solucionada, pois os/as professores continuavam ainda sem desenvolver tal exercício docente.

Posteriormente as estudantes e seus familiares passaram a ter um acompanhamento mais vigilante, por parte, do Conselho Tutelar, pois uma das alunas estava sob a guarda dos tios, e não dos pais. E ainda passaram a receber mais atenção, por parte, do Atendimento Escolar Especializado. No sentido de melhor acompanhar essas estudantes bem como a minha atuação com estagiária passei a fazer relatórios mensais de modo a relatar sobre o processo de desenvolvimento escolar e também a participação da familiar junto a esse contexto.

Depois desta experiência de estágio, passei a explorar a estrutura curricular da UNILAB, percebi que até o momento existe apenas as disciplinas de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), optativa para o curso de Bacharelado em Humanidades e a de Fundamento da Educação Especial e Inclusiva, pertencente ao

curso de Pedagogia, na condição de disciplina obrigatória para os/as discentes do mesmo, mas que tem uma carga horária de apenas 30h, o que se revela como insuficiente para abordar a citada temática com profundidade.

Ambas são optativas para a maioria dos cursos, não fazendo parte da trajetória da maioria dos/as alunos/as da universidade. Situação que é preocupante pois releva que uma grande debate para os temas relacionados à interseccionalidade, diversidade racial, cultural e sexual mas pouco espaço quando assunto é a educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Esse é um assunto que se encontra em estágio embrionário dentro das produções epistemológicas unilabianas, e frente às demais preocupações das minorias políticas, que acaba por se configurar em uma minoria dentro das minorias.

É de suma importância o ingresso desse tema nas grades curriculares dos cursos de graduação dos/as futuros/as professores, para que se encontrem mais preparados para desenvolverem atividade escolares junto a estudantes com deficiência.

Enquanto estudante do curso de Bacharelado em Humanidades (curso do 1º ciclo formativo), com foco na terminalidade do curso de Pedagogia (curso do 2º ciclo formativo), busco o sucesso da educação especializada, enquanto campo de atuação profissional e científico. Nesse sentido, avalio que as situações vivenciadas junto a essa experiência de educação inclusiva em Redenção reafirma a importância da proposta de minha pesquisa que é Identificar os impactos gerados pelo processo implantação de educação inclusiva no município de Redenção (CE): do ponto de vista dos familiares, da escola e dos/as apoiadores/as de sala de aula.

3 REVISÃO TEÓRICA

O presente trabalho tem como finalidade Identificar os impactos gerados pelo processo implantação de educação inclusiva no município de Redenção (CE): do ponto de vista dos familiares, da escola e dos/as apoiadores/as de sala de aula. Dessa forma a revisão teórica aborda os conceitos sobre educação e aprendizado como um direito social à inclusão de todos. Aborda também sobre as políticas públicas e leis voltadas a atender as necessidades educacionais de escolares com deficiências educacionais especializadas, associando legislação à prática, por meio desse processo de implementação que está sendo realizado em Redenção.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994), toda estudante com deficiência tem direito à educação inclusiva e a essa deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, visto que toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas. Para tanto esses/as estudantes devem frequentar uma instituição de ensino comum, pois do ponto de vista psicológico, é na interação com o grupo, com crianças de outro sexo, raça, classe social e idade e com diferentes aptidões que a criança vai construindo sua identidade, vai testando seus limites e, conseqüentemente aprendendo. Devido a isso, a Declaração de Salamanca conclama que todos os governos atribuam a mais alta prioridade política e financeira voltada ao aprimoramento de seus sistemas educacionais, no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais. O que significar dizer que os sistemas escolares devem atuar de modo que

- adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma.
- desenvolvam projetos de demonstração e encorajem intercâmbios em países que possuam experiências de escolarização inclusiva.
- estabeleçam mecanismos participatórios e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais.
- encorajem e facilitem a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais.

- invistam maiores esforços em estratégias de identificação e intervenção precoces, bem como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva.
- garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 1).

Por sua vez, o direito de cada criança a educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) e de forma veemente foi ratificado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), ao dizer que

ART.3 Declaração Mundial sobre Educação para Todos

UNIVERSALIZAR O ACESSO À EDUCAÇÃO E PROMOVER A EQUIDADE

5. As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. (Declaração Mundial sobre Educação para Todos, 1990, p. 5).

Significa, portanto que qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de igualdade acesso à sua educação, ainda que lentamente esse direito vem sendo garantido, isso porque já possível verificar um número cada vez mais crescente de crianças com necessidades especiais ocupado no ambiente escolar, apesar de suas necessidades não serem devidamente atendidas.

Essa presença na escola se deve a atuação de organizações ligadas aos direitos das pessoas com deficiência bem como a luta de famílias para que se cumpra o a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015, legislação que

Assegurou a oferta de sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino. Estabeleceu ainda a adoção de um projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, com fornecimento de profissionais de apoio. Proíbe as escolas particulares de

cobrarem valores adicionais por esses serviços. (Senado Federal, 2017).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) representa uma conquista muito importante para esse grupo de pessoas, pois se trata da acessibilidade e da inclusão social, e que também é um marco na história devido a sua trajetória de aprovação, que apesar de tudo, ainda é utópico ver a legislação sendo cumprida como deveria, todavia cabe exigir o cumprimento da mesma, no sentido de garantir suas cláusulas, a exemplo do que está colocado no

CAPÍTULO IV DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. (Estatuto da Pessoa com Deficiência, 2015).

A desvendando os problemas da vida cotidiana, através da relação da teoria com a prática (2015), ainda determina que o indivíduo tem o direito de passar por uma avaliação médica para saber em qual grau de deficiência está classificado, e também por uma avaliação social, para considerar os fatores ambientais e pessoais no qual está inserido, como logo abaixo exposto

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

- I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
- II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
- III - a limitação no desempenho de atividades; e
- IV - a restrição de participação.

§ 2º O Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência. (Idem).

As determinações deste estatuto são aplicadas de acordo com a carência de cada indivíduo, visando possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes, da informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertas ao público, de uso público ou privadas de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Nesse sentido, é de fundamental importância que as escolas e cuidadores que recebem estas crianças tenham ciência do quadro social e médico que estão lidando para ajuda-las. De modo que a não estarem atentos somente ao seu processo de ensino-aprendizagem, mas em todo seu cotidiano educativo e interação com os outros, juntamente com os pais, garantindo resultados mais positivos em sala, de forma que tenham uma pedagogia mais centrada na criança. Portanto, a escola deve respeitar e cumprir com os direitos destes alunos, possibilitando que o mesmo receba acompanhamento e orientação de qualidade. Desta forma, cabe ao poder público local, através da Secretaria de Educação, melhores condições de trabalho e consequentemente de aprendizado, que permitam que a inclusão aconteça.

No Brasil, a luta para que todos possam usufruir de oportunidades iguais é algo constante, as pessoas portadoras de deficiências compõem um dos grupos que trabalham todos os dias para assegurar o cumprimento dos seus direitos, que, por trás de toda romantização política, social e da mídia, envolve um “trabalho de formiguinha”, que consiste em quebrar barreiras comportamentais que a sociedade tem frente a deficiência, em busca de condições políticas favoráveis à inclusão.

Destaquei os seguintes pontos em torno de redes sociais e do mundo virtual, pois podemos encaixar no nosso cotidiano e notar algo positivo, visto que neste período de quarentena (isolamento social para a prevenção da covid19) a acessibilidade nas lives de shows que estão sendo realizados online Nota-se em maioria delas a presença de intérpretes e o engajamento sobre esse assunto nas redes de comunicação e na comunidade surda é algo muito construtivo e podemos

considerar isso um grande avanço diante dos direitos das pessoas portadoras de deficiência. Porém, isso ainda é a “ponta do iceberg” por volta da inclusão, principalmente sobre a acessibilidade digital, que é algo que ainda deixa muito a desejar. Apesar de desvendando os problemas da vida cotidiana, através da relação da teoria com a prática exigir acessibilidade nos sites de empresas e do governo, de acordo com o site nic.br, recentemente em um estudo feito, que avaliou os sites governamentais concluiu que 98% dos sites do governo não podem ser considerados acessíveis para esse grupo de pessoas, pois não adotam padrões de acessibilidade.

No dia 30 de setembro de 2020, foi assinado o decreto nº 10.502 que institui a Política Nacional de Educação Especial, Equitativa, Inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. Esse decreto não se sobrepõe a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, portanto, há sim a garantia de matrícula e acesso a escola regular aos serviços de apoio para portadores de deficiência. Todavia, esse decreto vem sendo alvo de críticas por sua política rígida em volta dos/as educandos/as da educação inclusiva, sendo visto como algo mais discriminatório do que inclusivo, e apontado como um retrocesso, pois um dos pontos abordados e oferecidos é a implementação de instituições e classes especializadas, ou seja, constituídas somente por pessoas com necessidades especiais, que na visão de muitos especialistas é algo pouco construtivo para o avanço do educando, pois o sentido da inclusão é a interação entre pessoas de raça, classe social, sexo, aprendizados diferentes, mobilidades diferentes, para a construção de uma identidade frente à sociedade, como citado logo abaixo

DECRETO Nº 10.502 CAP I, ART II;

VI – Escolas Especializadas – Instituições de ensino planejadas para o atendimento educacional aos educandos da educação especial que não se beneficiam, em seu desenvolvimento, quando incluídos em escolas regulares inclusivas e que apresentam demanda por apoios múltiplos e contínuos;

O decreto mantém o Atendimento educacional especializado (AEE) como um dos programas, o que pode ser algo negativo e digno de muita reflexão, pois o financiamento público que antes era direcionado somente para o AEE, agora será dividido para os futuros programas, como citados no decreto, para as classes especializadas, escolas especializadas, entre outros a serem criados. Portanto, o município ou rede estadual deverá fazer uma adesão ao programa que melhor atende

as suas necessidades, e que ele consiga equilibrar o orçamento para essas demandas. Logo abaixo o trecho em questão

CAP VII

III – Definição de critérios de identificação, acolhimento e acompanhamento dos educandos que não se beneficiam das escolas regulares inclusivas, de modo a proporcionar o atendimento educacional mais adequado, em ambiente o menos restritivo possível, com vistas à inclusão social, acadêmica, cultural e profissional, de forma equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida;

Mas, será que o critério vai ser técnico, visando a necessidade de cada aluno? Importante que

Este capítulo do decreto fala sobre o redirecionamento do aluno para os devidos programas, que está sendo bastante criticado pelo fato de cada criança passar por critérios, precisando ter pré-requisitos para estar no espaço escolar, não sendo visto como espaço de direito. Se a criança não se adequa a tal escola, ela deverá ser redirecionada a outro espaço que seja considerado “adequado”, com professor especializado, segundo o decreto. O que de fato é algo muito utópico e preocupante, pois quando colocados em “salas especializadas” como mencionadas no decreto, alunos/as com faixas etárias e especialidades bem diferentes, não tem “professor especializado” que consiga abarcar as necessidades de cada educando, mesmo que as salas sejam destinadas a necessidades diferentes, uma para deficiência intelectual, outra para autismo, e outras mais deficiências, são crianças com tempo, aprendizado e entendimento bem singulares, que devem ser tratados de forma singular, por isso o apoio especializado em sala de ensino regular vêm sendo visto como melhor opção, visando este documento.

Contudo, o decreto nº10.502 deixa bem claro, que a decisão de onde matricular, direcionar a educação da criança é optativa, ela pode sim continuar no ensino regular e inclusivo com o apoiador em sala de aula ou ir para as salas e escolas especializadas, e para essa decisão, a família, segundo o decreto, deverá ser orientada pela equipe multidisciplinar escolar que fará o acompanhamento da pessoa com deficiência.

4 METODOLOGIA

A natureza da seguinte pesquisa se caracteriza como uma pesquisa qualitativa de cunho exploratória, com fontes de pesquisas primárias e secundárias e com enfoque qualitativo, devido ao estudo dos casos, vivências e entrevistas não padronizadas.

De acordo com Gil (2007) essa metodologia de pesquisa tem suas vantagens, pois proporciona ao pesquisador uma maior e intensa familiaridade com o tema proposto, podendo assim elaborar hipóteses, entrevistas e levantamento de dados bibliográficos com mais facilidade.

Deste modo a abordagem desta pesquisa se encaixa no conceito de pesquisa bibliográfica, que rapidamente o mesmo autor afirma ser um método bastante proveitoso, visto que o problema de pesquisa requer dados de campo, e determinados dados permitem ao pesquisador ter um viés mais amplo e aumentar o grau de objetividade da própria pesquisa, descobrindo enfoques, percepções e terminologias novas.

Com essa modalidade de pesquisa e ao me dispor a ouvir outras opiniões, como a dos familiares, da escola e de outros estagiários do edital 001/2019, pude corrigir alguns detalhes do meu ponto de vista enquanto agente inclusiva, a cerca da implementação do edital e seus efeitos.

Também pude ter uma certa desconstrução à cerca do assunto, tendo uma melhor projeção da pesquisa, do que está sendo perguntado e observado, com o que realmente é real e com o contexto que as crianças estão inseridas.

Dito isso, afirma Armando Piovesan (1995) que o comportamento humano é melhor compreendido no contexto social onde tudo ocorre. Nesta concepção, essa modalidade de estudo tem um sentido geral diverso do aplicado à maioria dos estudos, pois ele é realizado durante a fase do planejamento da pesquisa. O/a pesquisador/a se destina a obter informações de outro universo, de outros indivíduos, de modo a refletir e sentir verdadeiramente a realidade deles. Na maioria dos estudos científicos, tudo segue um percurso padronizado e bastante influenciado em embasamentos teóricos de outros autores, mas nesta forma de pesquisa, não. A vivência vem primeiro, e depois nos predispomos a procurar um embasamento teórico que se encaixe para obter e repassar um maior entendimento sobre.

Do mesmo modo, esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, que do ponto de vista de Minayo et al (1994), atribui-se a quesitos mais peculiares e profundos, por retratar diretamente a um universo de significados, crenças, valores, atitudes, a um viés mais profundo das relações humanas, e a coisas que não podem ser reduzidas somente a teorias. Isso porque

Uma pesquisa se inicia a partir de um questionamento do pesquisador e termina com uma produção que leva a novas interpretações do cenário estudado, ela é um caminho sistemático que busca indagar e entender o tema de estudo, desvendando os problemas da vida cotidiana, através da relação da teoria com a prática. (MINAYO, 2000, p)

Portanto o objetivo da metodologia de pesquisa utilizada é analisar os problemas do geral, como o viés escolar e dos apoiadores inclusivos, ao particular, como das relações familiares e a condição social na qual as crianças se encontram.

Partindo de um entendimento maior e geral do tema, que seria como se encontra a educação inclusiva na cidade de Redenção após quase dois anos da criação do edital, para perspectivas e detalhes mais profundos.

Para o desenvolvimento deste projeto se fez necessário a leitura das leis e diretrizes que asseguram a existência e permanência dessas crianças no núcleo escolar, como a LDB, de forma geral, e da LBI (Lei Brasileira de Inclusão) que retrata a educação inclusiva de forma mais específica, para um embasamento teórico melhor e para problematizar de forma acertiva o que não está sendo cedido a estas crianças por direito. Com base nisso elaborei perguntas para as entrevistas com coordenadores, apoiadores/estagiários, núcleo gestor e núcleo responsável pela progressão do edital, e com base nas minhas vivências particulares com o tema, elaborei perguntas diferentes para tratar sobre isso com as famílias. A partir disso buscou-se estudar e refletir os impactos quanto a realidade dos estudantes, a fim de construir uma compreensão crítica e coerente que torne possível perceber as dificuldades apresentadas pelas famílias nesse processo.

5 OBJETIVOS

5.1 OBJETIVOS GERAIS:

Identificar os impactos gerados pelo processo implantação de educação inclusiva no município de Redenção (CE): do ponto de vista dos familiares, da escola e dos/as apoiadores/as de sala de aula.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Apontar quais e/ou que impactos essa Proposta educação inclusiva no município de Redenção (CE) tem causado junto as família envolvidas e/ou beneficiadas com essa ação.

- Analisar como tem se dado a participação e/ou empenho da escola para a realização dessa proposta, tendo destaque o acolhimento dos/as estagiários/as.

- Verificar como se efetiva a relação dos estagiários/as em sala de aula com os/as docentes, com os/as estudantes deficientes bem como os/as pais e mães desses escolares.

6 CONCLUSÕES PARCIAIS

O objetivo desse projeto de pesquisa é Identificar os impactos gerados pelo processo implantação de educação inclusiva no município de Redenção (CE): do ponto de vista dos familiares, da escola e dos/as apoiadores/as de sala de aula.

Todavia, desde já é possível identificar os pontos negativos e positivos acerca da educação inclusiva e o cumprimento de suas leis no Município de Redenção. Sendo considerada, a implementação do edital 001/2019, um grande avanço para os primeiros passos construção da inclusão, que apesar de obter críticas, já consegue ter resultado positivo uma vez que já atende a uma grande demanda de crianças com necessidades especiais.

Apesar dessa iniciativa ser algo construtivo para obtermos futuramente uma inclusão e atendimento especial com melhorias para estas crianças, há pontos iniciais que deveriam ser tratados com maestria, não focando somente no engajamento destas crianças no ambiente escolar, mas também com os familiares. Primeiramente, a Secretaria Municipal de Educação de Redenção, juntamente com as escolas deveriam ser mais participativos e estar mais atentos quanto ao vínculo afetivo e familiar da criança. De modo a saberem com quem esses/as estudantes vivem, como são tratadas, quais condições sociais estão inseridas, pois isso interfere diretamente no seu desempenho escolar. Segundo, deveria dar mais enfoque à preparação dos/as professores/as, para receber essas escolares em sala de aula. Iniciativas que devem ir desde a realização de palestras educativas na própria escola, treinamento mais específico e direto para melhorar a didática dos professores para com as crianças portadoras de deficiência. Terceiro, desenvolver um acompanhamento mais efetivo da parte da SME de Redenção sobre como esses apoiadores/as estão sendo recebidos nas escolas, e como exercem seus papéis.

Dessa forma, é possível desde já supor que muitos serão as questões a serem tratadas quando da realização da pesquisa em questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Inclusão escolar sem laudo é direito da criança. Revista do Gestor Escolar. Disponível em: <https://direcionalescolas.com.br/inclusao-escolar-sem-laudo-e-direito-da-crianca/> Acesso: 17 out. 2020.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso: 10 out. 2020.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, Jomtien, 1990. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por Acesso: 11 out. 2020.

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-norma-atualizada-pl.html> Acesso: 22 set. 2020.

Lei Brasileira de Inclusão entra em vigor e beneficia 45 milhões de pessoas. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/01/21/lei-brasileira-de-inclusao-entra-em-vigor-e-beneficia-45-milhoes-de-brasileiros> Acesso: 01 out. 2020.

MINAYO, Cecília. Pesquisa social: Teoria método e criatividade. 21º Edição, Petrópolis: Vozes, 2002. 21p.

Ministério da Educação. (2001). *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília, DF: MEC/SEESP. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> Acesso: 18 out. 2020.

_____ Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais (2000). Secretaria de Educação Especial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha05.pdf> Acesso 18 out. 2020.